

Uma experiência brasileira: duas décadas de ensino de jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina

MOACIR PEREIRA¹ e SONIA VIRGÍNIA MOREIRA²

Resumo

Em 1979, Florianópolis sediou o início de uma experiência de ensino diferenciado na área de jornalismo. Nesta edição dos Diálogos Midialógicos, o professor Moacir Pereira, fundador do curso de Jornalismo na UFSC e vencedor em 1998 do Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação (categoria Maturidade Acadêmica), avalia as duas décadas dessa experiência regional e analisa os temas atuais mais prementes do ensino de Comunicação Social em geral e de Jornalismo em particular.

Palavras-chave: ensino de jornalismo, ética, crítica de mídia

Resumen

En 1979, la ciudad brasileña de Florianópolis era el sitio de una idea innovadora relacionado a la enseñanza de periodismo. Profesor Moacir Pereira, fundador de la Escuela de Periodismo de la Universidad Federal de Santa Catarina y ganador en 1998 del Premio Luiz Beltrão de Ciencias de la Comunicación (en la categoría de Maturidad Académica), evalúa en esta edición de la *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* las primeras dos décadas de esa experiencia regional y analiza algunos de los temas más urgentes relacionados a la enseñanza de periodismo.

Palabras-clave: enseñanza de periodismo, ética, crítica de los medios de comunicación

Abstract

In 1979, the Brazilian southern capital of Florianópolis was the site of an innovative idea related to journalism education. Professor Moacir Pereira, founder of the Journalism School at the Santa Catarina Federal University and winner of the 1998 Luiz Beltrão Award in Communication Sciences (Academic Achievement category), evaluates in this edition of the *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* the first two decades of that regional experience and analyzes some of the most pressing topics related to journalism education.

Keywords: journalism education, ethics, media criticism

¹ Jornalista, professor e fundador do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Professora da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutoranda em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Sonia V. Moreira - *Prof. Moacir Pereira, em 1998 o Sr. recebeu o Prêmio Luiz Beltrão, categoria Maturidade Acadêmica, pelo conjunto da sua obra e pelo protagonismo como fundador do curso de Jornalismo da UFSC em 1979. Vinte anos depois, como analisa essa experiência?*

Moacir Pereira - A criação do Curso de Jornalismo constituiu-se numa das experiências mais ricas e criativas na história da Universidade Federal de Santa Catarina. Instituição ainda jovem, instalada em 1962, que já se notabilizara no Brasil por iniciativas arrojadas na área administrativa nas décadas de 60 e 70, merecendo até prêmios mundiais, e com cursos de graduação que a credenciavam nos órgãos nacionais e mesmo internacionais (Engenharia Mecânica e Odontologia, por exemplo), a UFSC possibilitou a montagem de um projeto inovador, com a participação de professores, estudantes e servidores desde as primeiras atividades. Do ponto de vista da comunidade catarinense, os objetivos alcançados até agora foram além das expectativas dos idealizadores. Houve uma mudança substancial no jornalismo praticado no Estado, que passou a obedecer padrões profissionais. Abriam-se novos campos de realização profissional, com incontáveis trabalhos comunitários, programas sindicais, empresariais e tarefas em organizações não-governamentais. Tudo com a concepção originária que pretendia dar consciência crítica e preparo técnico. O curso de Jornalismo não se limitou a formar bacharéis para o mercado de trabalho. Procurou instrumentar os alunos para áreas de atuação até então não contempladas. A criação do curso de Jornalismo foi, também, uma experiência pessoal, acadêmica e profissional rica e gratificante. Uma realização marcante e inesquecível. Foi a universidade pública e gratuita que permitiu-me o bacharelado em Direito e o Mestrado em Ciência Política. Todo o esforço de implantação do novo programa foi uma forma de retribuir à comunidade aquilo que ela patrocinou durante anos. Permite, também, verificar até hoje quanto Santa Catarina cresceu na comunicação social, em função do novo programa de graduação. E, sobretudo, representa o testemunho mais eloqüente de que sem educação pública de qualidade não há alternativas para o Brasil.

Sonia V. Moreira - *Quais foram os antecedentes que mais influenciaram na criação de um curso com essa proposta?*

Moacir Pereira - É importante ressaltar as razões de toda a batalha em torno da criação do curso, cujo projeto enfrentou pesadas resistências entre jornalistas e radialistas locais. Bacharel em Direito, tive o privilégio de presidir o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina em 1975, no auge da repressão militar. Orgulho-me até hoje de ter realizado as mais importantes promoções da vida do Sindicato, com debates, lançamentos de livros e palestras de José Marques de Melo, Audálio Dantas, Cláudio Abramo, Fernando Moraes, Antônio Gonzales, Villas Boas Correa, Hélio Fernandes, Ismar de Oliveira Soares, Anamaria Fadul, Alberto Dines e muitos outros, que despertaram interesse em torno do grave problema da censura prévia e da formação de jornalistas. A presença em congressos nacionais de jorna-

listas e, em especial, dos magníficos Congressos da UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social) e da INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), levou-me à convicção de que as graves deficiências do jornalismo praticado no Estado só seriam eliminadas com um curso de graduação. Já na formatura da primeira turma a tese se mostrou vitoriosa. Impossível deixar de registrar, ainda, que a criação do curso data da vigência do novo currículo mínimo do Conselho Federal de Educação, baixado pela Resolução 03/78, considerado uma tentativa de “enquadrar” os estudantes na ideologia dominante, dando-lhe habilitação técnica, sem a indispensável consciência crítica.

Sonia V. Moreira - *O Sr. também foi o primeiro diretor do curso. Poderia falar sobre a idéia da autonomia curricular proposta na época?*

Moacir Pereira - A idéia não tem paternidade definida. Ela foi resultante de vários fatores e de muitas contribuições. O principal deles: o espírito de unidade do grupo de professores. Somaram-se a este solidarismo pessoal e acadêmico, a busca incansável por um projeto novo, a vontade de enfrentar e mudar a conjuntura, a constatação de que o currículo oficial era inadequado, o propósito de descentralização das atividades acadêmicas e a disposição de provar que o regime autoritário estava na contramão da história com o currículo que impunha a todas as escolas do país. Além disso, os professores formavam um grupo altamente heterogêneo na idade, na origem, na formação, mas tinham uma linguagem comum quando se tratava de mudanças. O curso de Jornalismo foi uma espécie de laboratório da década de oitenta para onde convergiram muitas sugestões, reflexões e avaliações. Pesaram as extraordinárias colaborações e conselhos do Professor José Marques de Melo, um dos incentivadores e parâmetro de conduta na montagem do programa pioneiro. O gaúcho Antônio Gonzales, de saudosa memória, emprestou sua inestimável colaboração. O corpo docente era formado e recebia lições de Porto Alegre e São Paulo, principalmente. O primeiro trabalho que tive o prazer de editar como fundador do curso – *Jornalismo: Ensino e Profissão*, UFSC, 1979 – resume o clima de inquietação do grupo. Está ali enfatizado que o curso só realizaria seus objetivos se assegurasse os instrumentos para uma “visão humanística, formação da consciência crítica, e habilitação técnica”. Era ao mesmo tempo uma resposta: em primeiro lugar, ao currículo nacional fixado pelo Conselho Federal de Educação com visão tecnocrática e utilitária, pouco humanística e nada crítica; em segundo lugar, à idéia surrada de companheiros de Santa Catarina, ainda resistentes e críticos, de que “jornalista, como artista, já nasce feito”; em terceiro lugar, aos que pretendiam a Universidade atrelada ao esquema de poder e os jornalistas com preparo técnico e pouca visão crítica da realidade; e finalmente, em quarto lugar, ao desejo unânime do grupo de professores e a clara disposição dos alunos de conceber e executar uma proposta diferente e produtiva.

Sonia V. Moreira - *O sistema de cogestão paritária, em que alunos e professores tinham os mesmos direitos para decidir os rumos do curso de Jornalismo, funcionou bem? Que avanços podem ser apontados nesse tipo de gestão?*

Moacir Pereira - O sistema de cogestão paritária foi outra experiência notável de relação acadêmica e convivência humana. Contribuiu para unir mais os professores, abriu um diálogo forte entre professores e alunos e ofereceu a oportunidade de participação de funcionários. Todos se sentiram valorizados. Ao longo do tempo, contudo, registraram-se alguns desvios, com algumas dificuldades disciplinares e esporádicos excessos, sem maiores conseqüências. Os avanços se deram na identificação de problemas comuns aos cursos (deficiências de laboratórios, carências de conteúdo em disciplinas, falta de espaço físico, necessidade de formação de pós-graduação em áreas específicas) e na aprovação de critérios para melhoria da qualidade do ensino. As assembleias periódicas de professores, estudantes e servidores deram total transparência às atividades. Tudo era debatido à exaustão, com os respectivos encaminhamentos. Foi a prática mais democrática de ensino que a UFSC já viveu.

Sonia V. Moreira - *Quanto tempo durou essa experiência e como foi a fase de transição para a forma convencional de gestão didático-acadêmica? Ou o curso continua com um diferencial administrativo-pedagógico?*

Moacir Pereira - A experiência permanece até hoje. O espírito de integração professor-aluno, de mútua colaboração, de co-participação, pode ser constatado nas assembleias do curso, no ensino diário de diferentes disciplinas, no funcionamento dos laboratórios, na atuação destacada do "Universidade Aberta", programa de rádio que já ganhou prêmios de comunicação. Os estudantes se sentem mais valorizados quando assumem encargos práticos da atividade profissional. É extensa a lista de formandos das primeiras turmas que hoje despontam nos mais diversos setores da imprensa: na sede da Rede Globo no Rio, nos principais jornais de São Paulo, em revistas de circulação nacional, em entidades sindicais de expressão em todo o país ou em organizações não governamentais. Na maioria dos casos, todos profissionalmente competentes, conscientes, responsáveis e altamente criativos.

Sonia V. Moreira - *Na metade dos anos 80, o curso de Jornalismo passou por um período de redefinição de conteúdo. O Sr. participou desse momento?*

Moacir Pereira - Não tive o privilégio de testemunhar este período, que soube foi longo e igualmente rico, por razões profissionais. Designado para fazer a cobertura da Assembleia Nacional Constituinte em Brasília vim obrigado a requerer licença das atividades de magistério.

Sonia V. Moreira - *Mesmo afastado, o Sr. acompanhou o trabalho do grupo de professores que reuniu-se com a proposta de reconstruir o curso*

partindo da reformulação das disciplinas teóricas? Santa Catarina lançou no Brasil a disciplina de Teoria do Jornalismo, por exemplo. Além desses, outros conceitos ou abordagens foram desenvolvidos na época?

Moacir Pereira - Como estava licenciado para a cobertura jornalística da Assembléia Constituinte em Brasília não foi possível participar efetivamente dos debates sobre a disciplina de Teoria do Jornalismo. Mas, em linhas gerais, percebi que a idéia básica era oferecer aos alunos uma formação teórica com mais densidade na área de jornalismo. Pela legislação existente em 1979, foi criado o curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, na perspectiva de surgimento de novas habilitações. O currículo tinha duas estruturas: a básica, comum à comunicação em geral e fundamental para as várias habilitações profissionais; e a técnica, de formação profissional em jornalismo. Como não foram instaladas outras habilitações e com o tempo o jornalismo se firmou dentro da UFSC, ganhou corpo a proposta de aprofundar o ensino de Jornalismo. A questão conceitual teve relação, também, com a própria formação ideológica e acadêmica da maioria dos professores do curso.

Sonia V. Moreira - *Neste final de década, ganha força no país a demanda por uma formação mais específica, voltada para as particularidades da profissão e para os problemas do Jornalismo. Ao mesmo tempo, uma corrente acadêmica manifesta-se a favor da formação genérica do aluno, que assim estaria apto para atuar na área mais ampla da comunicação. O Sr. tem acompanhado de perto essa discussão? O que pensa a respeito?*

Moacir Pereira - Na raiz deste debate está a célebre frase do saudoso Cláudio Abramo: "A ética do jornalista é a ética do cidadão". A questão fundamental do profissional do jornalismo e de comunicação reside na atuação ética. Não daquela ensinada na escola, apenas, mas da praticada no dia a dia das relações com os colegas, e com o público. Importa mesmo é o caráter do aluno e do futuro profissional. Se o curso estiver mais voltado para as questões graves que atingem o jornalismo – as técnicas e as políticas – dentro de uma estrutura curricular que abra horizontes para o exercício da cidadania e a realização profissional com ética, a formação mais genérica estará completa. Da mesma forma, que bacharel estará se formando com visão mais genérica da comunicação, se lhe faltarem ensinamentos fundamentais que o tomem mais preparado para o mundo? Habilitação técnica é uma questão de treinamento em qualquer área do conhecimento humano. Qualquer empresa ou organização instrumentada pode cumprir esta tarefa. A concepção humanística, a universalidade da informação, a consciência crítica e, em especial, a postura ética, só a escola tem condições e a obrigação de oferecer.

Sonia V. Moreira - *Nesse aspecto, apesar do avanço que representam publicações de crítica de mídia no Brasil, como o Observatório da Imprensa, o Instituto Gutenberg e o Jornal do Jornais, o Sr. concorda que*

ainda há muito a refletir em torno desta questão fundamental para a profissão – a ética – tanto por parte da academia como dos profissionais dos meios de comunicação?

Moacir Pereira - Sem dúvida, e em diferentes níveis. Lamento, em primeiro lugar, que o debate sobre assunto tão relevante para a profissão seja relegado a plano secundário. Vejo iniciativas pífias das entidades nacionais em discutir de maneira mais ampla esta delicada questão. E observo que muitas vezes o debate cinge-se apenas ao campo ideológico ou perde força pela forma personalizada com que é travado em estados e municípios. Em muitas unidades federativas, o tema só é levantado quando ocorre algum caso grave que fira o Código de Ética do Jornalista. Creio que a ausência do debate conduz até mesmo a uma relativa desagregação da categoria dos jornalistas. Se eles se reunissem com mais frequência para examinar tema tão relevante, que exige o mais amplo conhecimento teórico e a mais profunda avaliação conjuntural por sua complexidade, haveria mais companheirismo, mais solidariedade e mais unidade política na ação sindical e associativa. E isto poderia conduzir os jornalistas a importantes conquistas para a profissão e para o conjunto da sociedade. Há violações éticas gravíssimas, escancaradas e inaceitáveis, praticadas por empresas e poderes contra profissionais da imprensa, que permanecem na impunidade apenas porque inexistente o foro competente, o plano institucional que assegure algum mecanismo de proteção. E existem casos igualmente graves, mais delicados, de apreciação e julgamento mais difíceis, que se equacionariam melhor num debate honesto e transparente.

Sonia V. Moreira - *No primeiro semestre de 2000 acontece o terceiro Provão de Jornalismo. Qual a sua opinião sobre esse sistema de avaliação para os formandos na área?*

Moacir Pereira - Toda forma de avaliação de desempenho deve ser apoiada. O problema do Provão no Brasil está numa questão mais grave: a excessiva centralização. Seria até aceitável que o MEC definisse alguns critérios mínimos para realização do Provão. Mas cada Estado e, se fosse o caso, cada região deveria ter autonomia para fazer esta avaliação com efetiva participação e fiscalização da comunidade, haja vista as peculiaridades existentes num país continental. O efeito comparativo pode ser injusto. E há um grave risco: o da valorização excessiva do Provão, transformando-o num instrumento que retire a autonomia das universidades, enfraqueça as instituições de ensino nas organizações políticas que a sustentam e a debilitem perante as comunidades. Entendo que a avaliação deveria ser uma prática permanente nas instituições de ensino. Não a avaliação interna apenas, que pode até esconder distorções prejudiciais ao interesse público e nem o pretendido centralismo de Brasília.

Sonia V. Moreira - *O Provão, na verdade, acaba por funcionar como um instrumento de avaliação geral, em que alunos de universidades públicas e privadas refletem o nível de qualidade de cada curso de Jornalismo. A avaliação interna deve ser um exercício constante em todas as instituições de ensino, mas o que constituiria, na sua opinião, um formato alternativo*

de avaliação externa dos cursos de Jornalismo?

Moacir Pereira - Poderia se dar, por exemplo, com alguma consulta às empresas, entidades sindicais, organizações, instituições da sociedade civil local e regional, que contrataram serviços profissionais ou têm condições de aferir o desempenho profissional dos formandos. Por que só o MEC tem esta prerrogativa? Se a universidade tem compromissos com a comunidade, que motivo impede as forças mais representativas da sociedade de emitirem juízo de valor sobre a qualidade do profissional que está sendo formado pela instituição que esta mesma sociedade patrocina? A idéia, no caso, seria a de abrir a análise de desempenho, democratizar e pluralizar a avaliação por critérios científicos e técnicos, que evitem de um lado o puro mercantilismo da formação acadêmica e de outro o centralismo único exagerado de Brasília.

Sonia V. Moreira - *Como Bacharel em Direito e Mestre em Ciência Política, essa formação com certeza influiu na sua produção científica. Entre os seus livros, alguns tratam da lei de imprensa e do direito à informação. No Brasil, muitos pontos da legislação que rege os meios de comunicação continuam inalterados desde os anos 60/70, instituídos durante o regime militar. De que forma isso afeta a relação entre o Estado, os meios de massa e o público?*

Moacir Pereira - Há muitas considerações a fazer em torno da legislação brasileira de comunicação. A primeira diz respeito ao flagrante desrespeito que se continua praticando contra a Constituição Federal de 1988. Ela previu o funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação, com responsabilidades e missões bem definidos. Até hoje não foi instalado. Não interessa aos governos. Tem boicote da grande mídia. Poderia ser um eficiente instrumento regulador ou poderoso meio de democratização da comunicação no Brasil. Com um mínimo de independência iria revelar fatos graves para a opinião pública sobre relações incestuosas entre o poder central, os meios e o esquema político dominante. Sobre a legislação específica de imprensa só há pontos negativos a relatar. A começar pela origem, aprovada por um Congresso Nacional mutilado, a partir de um projeto do governo militar e, portanto, com todas as distorções. Está condenada desde a abertura política. E, no entanto, permanece em vigor, decorridos 32 anos. É uma lei que não protege o jornalista e muito menos o cidadão. Como tem origem espúria, costuma ser desprezada até por membros do Judiciário. Os que são vítimas de crimes de imprensa raramente encontram na ordem jurídica vigente o remédio eficaz. Quando se tem notícia de alguma decisão judicial que venha reparar uma grave injustiça, ela perdeu seus efeitos pela lentidão com que houve o pronunciamento do Judiciário. Esta lei não atende a ninguém: nem aos profissionais, nem às empresas e muito menos ao público. Há exemplos de fatos nacionais graves a demonstrar equívocos na atuação de jornalistas e de veículos, que permanecem até hoje com a versão inicial porque a reparação judicial veio tarde demais. Uma questão elementar: se a lei em vigor data de 1967 e se houve uma Constituição em 1988, a nova ordem jurídica impôs outra legislação. O cenário neste particular é caótico, contraditório, desatualizado, ineficaz para o exercício da cidadania e nocivo ao interesse público.

Sonia V. Moreira - *Em relação ao rádio e à televisão, a situação não é diferente porque, apesar das inúmeras emendas feitas nas últimas décadas, o que está em vigor até este segundo semestre de 1999 é o Código Brasileiro de Radiodifusão, que data de 1963. Mas quando falamos das leis que regem os meios de massa brasileiros também é fundamental registrar a reduzida atenção dispensada a esse tema pelos pesquisadores da área de comunicação. De que forma essa situação afeta o ensino/as discussões da disciplina de Legislação e Ética?*

Moacir Pereira - Pode atingir diretamente, até pela falta de motivação ou pelas dificuldades didáticas que os professores enfrentariam. Ministrar a disciplina de "Ética e Legislação" com base em realidades recentes ou análise de conjuntura cria interesse muito maior entre os estudantes, desperta curiosidade natural. Uma lei atualizada estará sendo objeto de abordagem da mídia, provocará debates em várias instituições, será acionada, vai gerar jurisprudência etc. Lecionar na virada do milênio com uma Lei de Imprensa do regime militar, já superada pela nova Carta, ou com um Código mais do que superado pelas novas tecnologias, torna-se frustrante para os docentes até na hora de montarem os programas semestrais de trabalho. Mal comparando, seria o mesmo que ensinar "Redação" com máquina de datilografia, ou usar filme de 16 milímetros para ministrar "Comentário para TV".

Sonia V. Moreira - *A disparidade de renda mantém um grande abismo entre as classes sociais no Brasil, mas mesmo assim o acesso a versões eletrônicas de meios de comunicação tradicionais cresce cada vez mais para um número maior de pessoas. Nesse contexto, haveria alguma forma de implantação de um projeto que realmente socializasse o acesso da população à informação? E, nesse caso, haveria diferença no funcionamento desses meios como canais de entretenimento e informação?*

Moacir Pereira - O crescente acesso da população de baixa renda aos meios massivos de comunicação, particularmente a televisão, pode estar relacionado diretamente com dois fatos: a queda na qualidade da programação das redes nacionais e o aumento da violência nos principais centros do país. A televisão é hoje muito mais nociva do que benéfica às camadas sociais mais baixas. Setores da classe média não se espantam mais com cenas de violência, promiscuidade social, banalidade do crime, impunidade, desvios gritantes de conduta moral, a sexualidade vulgarizada de forma grotesca. Mas elas atuam muitas vezes como estimulantes ou paradigmas para alguns segmentos sem um mínimo de educação e informação. Processos para promover a informação verdadeira que gerasse mais consciência política e de cidadania só através de meios alternativos, que se concretizariam através de organizações não governamentais, movimentos populares de base, etc. Há grandes diferenças entre entretenimento e informação, e as redes nacionais têm este fenômeno sob controle. Elas são explicadas pela inconstância de determinadas pautas sobre temas e denúncias que ganham repercussão nacional, muitas vezes transformados em

pano de fundo na defesa de interesses inconfessáveis ou atuando apenas como mecanismo para segurar a audiência. Os próprios veículos que costumam mostrar conteúdo de informação oferecem uma linha de programação que atua na seqüência como antídoto à formação de consciência de cidadania.

Sonia V. Moreira - *Considerando o momento que atravessamos, principalmente aquele que envolve a transição do sistema analógico para o digital, de que forma deveriam estar estruturados os cursos de jornalismo brasileiros neste final de século?*

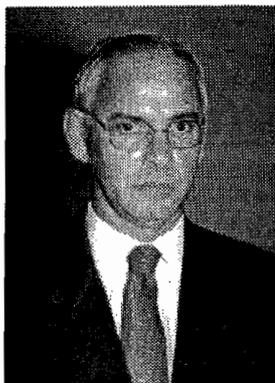
Moacir Pereira - Os cursos de jornalismo devem continuar atentando para a formação geral dos alunos, mostrando-lhes os caminhos da boa leitura, da ética, das complexidades do poder, de conhecimentos básicos de história, filosofia, ciências sociais, ciência política, sem se descuidar do novo mundo que surgiu com a informática, a telemática. Enfatizo a formação com noções de solidariedade e fraternidade, com a afirmação de princípios, com a mais profunda visão de mundo. Com estes ingredientes o novo jornalista realizará melhor sua vocação, vai se realizar como pessoa humana, pode compensar frustrações no exercício da cidadania, e estará estruturado para enfrentar os desafios do meio, do mercado e da conjuntura, buscando e encontrando alternativas. Como as universidades lutam por verbas de custeio e muito pouco recebem para investimentos, a opção que lhes resta na área do jornalismo é assegurar uma boa bibliografia, professores habilitados, montar uma programação de permanente atualização com especialistas do setor e buscar a prática das modernas tecnologias em sistema de parcerias com empresas e organizações da sociedade civil.

Sonia V. Moreira - *Ou seja, o conteúdo dos cursos deve convergir para uma formação ao mesmo tempo específica (o campo do jornalismo) e ampla (a perspectiva humanística, cultural, política)...*

Moacir Pereira - É seguir nessa direção, porque nenhuma escola oferecerá um curso razoável se tiver redação informatizada ligada em Internet, com laboratórios de áudio, fotográfico e de TV digitalizados mas não apresentar um currículo com conteúdo universal, pluralista, humanístico e cultural. O exercício da profissão de comunicador social em geral e de jornalista em particular envolve tanta complexidade que não pode dispensar esta formação abrangente. E por que? Por ser aquele que mais se identifica com o próprio conceito de universidade. A universidade forma, por exemplo, um excelente profissional de Odontologia que tenha habilitação técnica, preparo científico e domínio específico da atividade, sem ultrapassar os limites da história, da filosofia, da ciência política ou da sociologia. Ou forma um engenheiro que domine as ciências exatas. Jamais um jornalista preparado para enfrentar os terríveis desafios de sua profissão. E há outra razão forte: a atividade jornalística é a que mais exige atualização constante e a que abre mais horizontes.

Quem é Moacir Pereira

Bacharel em Direito e Mestre em Ciência Política, Moacir Pereira foi o fundador do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina em 1979 e o seu primeiro coordenador entre 1979 e 1982. Ex-professor de "Legislação da Comunicação Jornalística", exerceu diversos cargos na UFSC, iniciando como escriturário na Faculdade de Ciências Econômicas, passando pela Direção da Divisão de Intercâmbio Cultural e do Departamento de Cultura e atuando como Chefe da Assessoria de Imprensa da Reitoria, Secretário da Pró-Reitoria de Assistência ao Estudante e Assessor-Chefe de Comunicação Social da instituição.



Moacir Pereira

Na área de jornalismo começou sua carreira como repórter da Rádio Anita Garibaldi, em Florianópolis. Trabalhou como noticiarista da Rádio Diário da Manhã, redator e apresentador de notícias da TV Cultura, colaborador da revista *Manchete*, editor do *Jornal da Semana*, colunista do *Jornal de Santa Catarina*, comentarista político da RBS TV – Santa Catarina e colunista dos jornais *O Estado e A Notícia*. Moacir Pereira também foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, fundador, diretor e presidente do Clube dos Repórteres Políticos de Santa Catarina, diretor e vice-presidente do Sindicato dos Radialistas de Santa Catarina e conselheiro da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Moacir Pereira tem 14 livros publicados, a grande maioria sobre temas relacionados ao jornalismo. É co-autor de outros oito livros que tratam de assuntos variados, entre os quais o modelo brasileiro de desenvolvimento, política e censura no Brasil e a comunicação no novo milênio. Durante a sua trajetória profissional recebeu vários prêmios, com destaque para o Prêmio Jerônimo Coelho de Reportagem, em 1977; o Prêmio Esso de Jornalismo como membro da equipe do *Jornal de Santa Catarina*, em 1983; o Prêmio de Jornalismo Sesquicentenário da Imprensa Catarinense, em 1985; e o Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação - 1998 (na categoria Maturidade Acadêmica), uma iniciativa da INTERCOM em parceria com a Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), patrocinada pelo Governo do Estado de Pernambuco, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Prefeitura Municipal de Recife e Câmara Municipal de Recife.